



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 19, DE 2017**

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº110, de 2017, do Senador Dário Berger, que Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir ao usuário dos serviços de telecomunicações o direito de acumular e usufruir, a qualquer tempo, o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Airton Sandoval  
**RELATOR:** Senador Ataídes Oliveira

09 de Agosto de 2017



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

**PARECER N° , DE 2017**

SF/17851.27219-99

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2017, do Senador Dário Berger, que *altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir ao usuário dos serviços de telecomunicações o direito de acumular e usufruir, a qualquer tempo, o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado.*

Relator: Senador ATAÍDES OLIVEIRA

## I – RELATÓRIO

É submetido à deliberação deste colegiado, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2017, de autoria do Senador Dário Berger, composto de dois artigos.

O art. 1º acrescenta inciso XIII ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a fim de incluir, como direito do usuário de serviços de telecomunicações, a acumulação e o usufruto, a qualquer tempo, do saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado.

O art. 2º fixa que a lei resultante de eventual aprovação do projeto entrará em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação oficial.

Na justificação, o autor do projeto aponta que, nos planos de conexão à internet em banda larga móvel, as operadoras de telefonia celular



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

definiram como política comercial cobrar do usuário um volume adicional de dados sempre que atingido o limite da franquia contratada. O autor aduz que, em não havendo esse pagamento, o serviço é suspenso; porém, se o consumidor utilizar um volume de dados inferior ao adquirido mediante o pagamento suplementar, o saldo desaparece.

Após a sua aprovação, com duas emendas, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a proposta foi remetida a esta Comissão, em decisão terminativa.

A Emenda nº 2 da CCT estipula o prazo de dois meses para a acumulação e o usufruto de saldo de volume de dados da conexão à internet em banda larga móvel não consumido pelo usuário durante o mês contratado; ao passo que a Emenda nº 1 serve tão somente para o ajuste de redação da ementa aos termos da Emenda nº 2.

Não foram oferecidas emendas ao PLS nº 110, de 2017.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de matérias referentes à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Nesta oportunidade, é examinada, também, a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em referência, tendo em vista que, nesta Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não será ouvida a esse respeito.

Em relação à constitucionalidade formal, o projeto versa sobre tema da competência legislativa da União e guarda harmonia com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61).

No tocante à constitucionalidade material, é de observar que a imposição às operadoras de telefonia celular de prorrogação ilimitada da

SF/1785127219-99



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

acumulação e do usufruto de serviço parece afrontar o princípio constitucional da livre iniciativa (CF, art. 170, *caput*).

Relativamente à juridicidade, a proposição cumpre as condições de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Tampouco há vício de natureza regimental.

Para a apreciação de mérito, recorde-se que o propósito do projeto em referência é permitir a acumulação e o usufruto, a qualquer tempo, do saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido pelo usuário (consumidor) durante o mês contratado.

Por sua vez, nos termos do art. 4º, *caput*, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), a Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC) visa ao atendimento das necessidades dos consumidores, ao respeito à sua dignidade, à proteção de seus interesses econômicos, assim como à transparência das relações de consumo, entre outros objetivos. Ademais, um dos seus princípios basilares é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I).

Como se depreende, o PLS nº 110, de 2017, está em consonância com os objetivos da PNRC e o princípio enunciado no inciso I do referido art. 4º, pois resguarda o direito do usuário (consumidor) à acumulação e o usufruto de serviço por ele contratado.

No entanto, saliente-se que a expressão “a qualquer tempo” eterniza o referido saldo, o que poderá acarretar prejuízo às operadoras de telefonia celular, dado que existem despesas pela manutenção indefinida do respectivo acesso. Assim, se convertida em lei, essa proposição poderia gerar desequilíbrio nas relações entre usuários (consumidores) e operadoras (fornecedores).

SF/17851.27219-99

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

Com isso, percebe-se que a proposição está em desacordo com o princípio da harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de maneira a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (CF, art. 170), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores (CDC, art. 4º, inciso III).

Por fim, ao estipular prazo de dois meses para a acumulação e o usufruto do respectivo saldo, a Emenda nº 2 da CCT vem apropriadamente corrigir essa distorção constante do inciso XIII acrescido pelo projeto ao art. 3º da LGT, além de sanar o vício de inconstitucionalidade material.

Por essas razões, consideramos relevante e oportuno o PLS nº 110, de 2017, com as pertinentes alterações promovidas pelas Emendas nºs 1 e 2 da CCT.

**III – VOTO**

Por todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2017, e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/1785127219-99

**Relatório de Registro de Presença****CTFC, 09/08/2017 às 09h - 12ª, Extraordinária**

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

**PMDB**

| <b>TITULARES</b> | <b>SUPLENTES</b>         |
|------------------|--------------------------|
| RENAN CALHEIROS  | 1. SIMONE TEBET          |
| AIRTON SANDOVAL  | 2. GARIBALDI ALVES FILHO |
| DÁRIO BERGER     | 3. ELMANO FÉRRER         |
| ROMERO JUCÁ      | 4. VAGO                  |

**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)**

| <b>TITULARES</b> | <b>SUPLENTES</b>    |
|------------------|---------------------|
| FÁTIMA BEZERRA   | 1. GLEISI HOFFMANN  |
| PAULO PAIM       | 2. HUMBERTO COSTA   |
| REGINA SOUSA     | 3. JORGE VIANA      |
| ACIR GURGACZ     | 4. LINDBERGH FARIAZ |

**Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)**

| <b>TITULARES</b> | <b>SUPLENTES</b>        |
|------------------|-------------------------|
| ATAÍDES OLIVEIRA | 1. MARIA DO CARMO ALVES |
| DALIRIO BEBER    | 2. FLEXA RIBEIRO        |
| DAVI ALCOLUMBRE  | 3. RICARDO FERRAÇO      |

**Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)**

| <b>TITULARES</b> | <b>SUPLENTES</b> |
|------------------|------------------|
| SÉRGIO PETECÃO   | 1. ANA AMÉLIA    |
| GLADSON CAMELI   | 2. WILDER MORAIS |

**Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>      |
|--------------------|-----------------------|
| JOÃO CAPIBERIBE    | 1. RANDOLFE RODRIGUES |
| VANESSA GRAZZIOTIN | 2. CRISTOVAM BUARQUE  |

**Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)**

| <b>TITULARES</b> | <b>SUPLENTES</b> |
|------------------|------------------|
| CIDINHO SANTOS   | 1. EDUARDO LOPES |
| ARMANDO MONTEIRO | 2. VAGO          |

**Não Membros Presentes**

VALDIR RAUPP  
JOSÉ MEDEIROS  
VICENTINHO ALVES

**COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR**

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 110/2017, nos termos do relatório apresentado.

| TITULARES – PMDB  | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES – PMDB  | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
|---|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| RENAN CALHEIROS (PMDB)  |     |     |           | 1. SIMONE TEBET (PMDB)  | X   |     |           |
| AIRTON SANDOVAL (PMDB)  |     |     |           | 2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)   |     |     |           |
| DÁRIO BERGER (PMDB)   |     |     |           | 3. ELMANO FÉRRER (PMDB)   |     |     |           |
| ROMERO JUCA (PMDB)  | X   |     |           | 4. VAGO   |     |     |           |
| TITULARES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)            | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)            | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| FÁTIMA BEZERRA (PT)   |     |     |           | 1. GLEISI HOFFMANN (PT)   |     |     |           |
| PAULO PAIM (PT)   |     |     |           | 2. HUMBERTO COSTA (PT)  |     |     |           |
| REGINA SOUSA (PT)   | X   |     |           | 3. JORGE VIANA (PT)   |     |     |           |
| ACIR GURGACZ (PDT)  |     |     |           | 4. LINDBERGH FARIA (PT)   |     |     |           |
| TITULARES – Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)                            | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES – Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)                            | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)   | X   |     |           | 1. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)   |     |     |           |
| DALIRIO BEBER (PSDB)  | X   |     |           | 2. FLEXA RIBEIRO (PSDB)   |     |     |           |
| DAVIA L COLUMBRE (DEM)  | X   |     |           | 3. RICARDO FERRACO (PSDB)   |     |     |           |
| TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)               | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)               | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| SÉRGIO PETECÃO (PSD)  | X   |     |           | 1. ANA AMÉLIA (PP)  |     |     |           |
| GLADSON CAMELI (PP)   |     |     |           | 2. WILDER MORAIS (PP)   | X   |     |           |
| TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE) | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE) | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| JOÃO CAPIBERIBE (PSB)   |     |     |           | 1. RANDOLFE RODRIGUES (REDE)  |     |     |           |
| VANESSA GAZZIOTIN (PCdoB)   |     |     |           | 2. CRISTOVAM BUARQUE (PPS)  |     |     |           |
| TITULARES – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)                          | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)                          | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| CIDINHO SANTOS (PR)   |     |     |           | 1. EDUARDO LOPES (PRB)  | X   |     |           |
| ARMANDO MONTEIRO (PTB)  |     |     |           | 2. VAGO   |     |     |           |

Quórum: 10  
 Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0

\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2, EM 09/08/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador AIRTON SANDOVAL  
Vice-Presidente

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2017,  
APROVADO PELA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA,  
GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO  
CONSUMIDOR NA REUNIÃO DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2017**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2017**

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir ao usuário dos serviços de telecomunicações o direito de acumular e usufruir o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 3º.....

.....  
XIII – acumular e usufruir em até dois meses, o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 2017.

**Senador Ataídes Oliveira**  
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

**DECISÃO DA COMISSÃO**  
**(PLS 110/2017)**

REUNIDA A CTFC, NESTA DATA, ENCERRADA A DISCUSSÃO E COLOCADO EM VOTAÇÃO, O PROJETO FOI APROVADO COM AS EMENDAS Nº 1 E 2 DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

09 de Agosto de 2017

Senador AIRTON SANDOVAL

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor